

INFORMATIVO - POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

Edição nº 016 - 26 de Abril de 2012

A AGENDA BILATERAL BRASIL-ESTADOS UNIDOS

A agenda de encontros internacionais entre Brasil e Estados Unidos se mostrou modesta e aquém do que poderia ser em termos do debate sobre a relação comercial entre os dois países. Os assuntos discutidos nos encontros internacionais durante o mês de abril não tiveram um caráter propositivo e pouco contribuíram para a facilitação do comércio bilateral. A visita presidencial aos Estados Unidos e a Cúpula das Américas se caracterizaram por um debate inócuo e com ausência de pragmatismo, cenário que apresentou melhores perspectivas com a visita da secretária de Estado americana ao Brasil.

Na segunda semana de abril, a presidente Dilma Rousseff realizou visita oficial aos Estados Unidos. Durante a entrevista coletiva, após encontro com o seu colega Barack Obama, Dilma cobrou uma ação contra o chamado “tsunami monetário”, defendeu o fim do bloqueio a Cuba e ainda tratou da questão do câmbio e da onda de protecionismo.

Se não se constituem como temas pouco efetivos para este tipo de reunião, tais assuntos são, ao menos, questões internacionais que dependem de outros atores chaves para sua condução, como a China e os países da Europa, envolvidos na crise econômica. Perto de uma questão tão ampla, que envolve diversas variáveis, o debate apenas entre Dilma e Obama se mostra inócuo, com maior viabilidade para ser tratado no âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras instâncias multilaterais.

Talvez, o momento mais efetivo da programação de Dilma nos Estados Unidos tenha sido a reunião com as universidades americanas de ponta, como por exemplo, Harvard. Na ocasião, Dilma falou sobre o aumento da integração na área educacional e científica, assinando acordos no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras. A meta é enviar 100 mil pesquisadores brasileiros para o exterior até 2014, em especial, para instituições norte-americanas.

A relevância do acordo reside na identificação da falta de mão-de-obra qualificada como um dos principais entraves para a competitividade global do Brasil. De acordo com levantamento da *Manpower*, empresa da área de recursos humanos, o Brasil está na terceira colocação no *ranking* dos países que mais têm dificuldade em encontrar profissionais qualificados, superando a média mundial.

Em relação à Cúpula das Américas, a sensação é de frustração geral sobre os resultados do encontro, o que pode ser atestado pela ausência de comunicado conjunto final e pela falta de consenso para o esboço de uma pauta para a próxima conferência. Isso, sem mencionar a retirada no meio do encontro da presidente argentina, Cristina Kirchner, e do boicote ao encontro por parte do presidente do Equador, Rafael Correa.

Permeada por assuntos de cunho ideológico que geraram constrangimentos entre os países, a Cúpula foi uma oportunidade perdida de se ter um debate sólido sobre o aumento do comércio e cooperação entre a maior economia da América com os demais países do continente. Questões antigas como o embargo a Cuba e a disputa pelas Ilhas Malvinas dominaram os holofotes dos chefes de governo e paralisaram qualquer discussão em torno da integração do continente.

Vale notar que a Cúpula das Américas foi criada nos anos 90 como parte do esforço dos EUA para criar uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Neste contexto, maiores possibilidades de efeitos práticos seriam verificadas com a discussão sobre temas como investimentos, fluxo de comércio e combate ao narcotráfico.

Por outro lado, perspectivas melhores puderam ser observadas nos assuntos discutidos durante a visita ao Brasil da secretária de Estado americana, Hillary Clinton, na segunda quinzena de abril. Em reunião com empresários, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Hillary listou as tratativas em pauta para incrementar a relação entre os dois países, citando reunião com a Petrobras sobre ações conjuntas no setor de petróleo, medidas para facilitar a concessão de vistos aos brasileiros e a isenção da bitributação no comércio bilateral, medida demandada pelo empresariado nacional há muitos anos.

Em vista dos resultados fracos da visita de Dilma aos Estados Unidos e da Cúpula das Américas, a agenda internacional brasileira poderia apresentar melhores resultados se priorizasse uma pauta mais propositiva e pragmática, a exemplo da recente visita americana ao Brasil. Os Estados Unidos possuem diversos acordos bilaterais com os países da América Latina, ao passo que o Brasil prioriza acordos mais amplos, com destaque para as tratativas envolvendo o MERCOSUL. Tais negociações se mostram bastante complexas em vista dos diversos interesses envolvidos.

Ganhos de mercado poderiam ser obtidos com acordos menores e bilaterais, que focalizassem detalhes específicos na comercialização dos principais produtos brasileiros. Um bom exemplo é o comércio do café, onde o Brasil desponta como principal produtor. Apesar disso, em vista dos diversos acordos bilaterais que seus concorrentes mantêm com os principais mercados consumidores, o produto brasileiro perde competitividade frente às taxas pagas para entrada da mercadoria nos países compradores.

Ao intensificar a realização de acordos bilaterais, o Brasil consolida sua posição estratégica de liderança regional, além de incrementar o fluxo de comércio. Especial atenção deve ser dada aos Estados Unidos, 2º principal parceiro comercial do Brasil e que vem registrando déficit na composição das exportações brasileiras. Prova disso, é o resultado da balança comercial em 2011, quando o déficit do Brasil com os Estados Unidos chegou a US\$ 8,159 bilhões.

DESTAQUES

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO BRICS

Os países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) anunciaram a decisão de criar um banco de desenvolvimento dos seus membros. A intenção de fundar o banco foi divulgada durante a quarta reunião do bloco, em Nova Delhi (Índia), quando foi divulgada a criação do grupo de trabalho para definir os termos de referência, a estrutura do organismo, como será integralizado o capital e as práticas de comércio bilateral e multilateral.

A ideia é que a nova instituição bancária seja uma espécie de alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A proposta do banco do BRICS é estabelecer um mecanismo que permita o financiamento de projetos exclusivamente nos países em desenvolvimento. A intenção inicial é que a presidência da instituição seja rotativa entre os cinco integrantes do bloco.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO URUGUAI

O presidente do Uruguai, José Mujica, reuniu-se com a presidente da República, Dilma Rousseff, em Brasília (DF). A visita do representante uruguaio teve como objetivo discutir alternativas de integração econômica entre os dois países no intuito de aproveitar a capacidade de consumo do Brasil, além de incentivar investimentos no seu país.

De acordo com José Mujica, o debate com Dilma foi pautado pela “franca compreensão e vontade política”, sobretudo relativa ao comércio e à possibilidade de melhorar a entrada das mercadorias uruguaias no mercado brasileiro”. Durante a reunião, foram discutidas também questões relacionadas a setores prioritários da cooperação bilateral, como integração física e energética, ciência, tecnologia e inovação, biotecnologia e TV Digital.

NOVAS MEDIDAS DO PLANO BRASIL MAIOR

No início do mês, a presidente da República, Dilma Rousseff, anunciou as novas medidas do Plano Brasil Maior - a Política Industrial, Tecnológica, de Serviços e de Comércio Exterior brasileira lançada em agosto de 2011. As novas diretrizes são compostas por um conjunto de ações que pretendem aumentar a competitividade dos produtos brasileiros considerando o atual cenário econômico nacional e internacional.

Nesse sentido, o Governo Federal reforçou ações sobre o câmbio, lançou medidas tributárias, como a desoneração da folha de pagamentos para diversos segmentos industriais, além de estímulos à produção nacional. Foram destacadas ainda medidas para incentivar o setor de tecnologias da informação e comunicação e para reduzir o custo do comércio exterior e de defesa comercial. Também foram anunciadas melhorias nas condições de crédito, por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e condições mais favoráveis para a indústria automobilística nacional.

Entre as medidas para o comércio exterior, está o aumento dos recursos para o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e a ampliação dos controles especiais realizados pela Receita Federal do Brasil.

BRASIL AUMENTA PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS

A Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou o relatório “Comércio Mundial em 2011 e perspectivas para 2012”, que apresentou uma análise acerca do agravamento da crise financeira na Zona do Euro, do aumento do preço das commodities, além de um panorama sobre comércio exterior. De acordo com o estudo, o atual contexto internacional é marcado pela desaceleração do ritmo das exportações e importações, em virtude principalmente das incertezas em torno da crise europeia. No entanto, em contrapartida ao cenário mundial, a participação brasileira nas exportações tem aumentado, passando de 1,36%, em 2010, para 1,44%, em 2011.

Apesar da tendência de elevação da representatividade do Brasil no comércio internacional, o país segue ocupando a vigésima segunda posição no ranking mundial. Com isso, a meta definida pelo Governo Federal é aumentar ainda mais a participação do Brasil nas exportações mundiais, visando alcançar o percentual de 1,6%, em 2014.

SECEX CONSOLIDA REGRAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) iniciou, por meio da Portaria 0013/2012, Consulta Pública para receber sugestões sobre a nova Portaria que irá consolidar as normas do tratamento administrativo das importações e exportações e da concessão dos regimes de drawback. A norma irá substituir a Portaria SECEX 0023/2011, que buscou consolidar as novas de comércio exterior, mas que já sofreu duas retificações e treze alterações desde sua edição.

De acordo com o MDIC, entre as mudanças propostas, está a adequação das normas de concessão dos regimes de drawback às leis e ao regulamento aduaneiro. A minuta da Portaria está disponível para sugestões até o dia 21 de maio de 2012.

CAMEX CRIA GRUPO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Ontem (26), o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) decidiu criar um Grupo Técnico para estudar estratégias de comércio exterior, visando orientar as ações brasileiras. O Grupo deverá trabalhar com foco nas regiões do globo, sendo elencadas como prioritárias: África, América Latina e Ásia, foco inicial dos trabalhos do Grupo.

O Grupo será composto pelos órgãos membros da CAMEX: Casa Civil; e Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); das Relações Exteriores (MRE); da Fazenda (MF); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); e do Desenvolvimento Agrário (MDA). Contará ainda com a participação da Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (APEX-Brasil).

RADAR LEGISLATIVO

1º Fórum Nacional da Desburocratização

O evento, promovido pela Frente Parlamentar de Desburocratização, foi realizado no início de abril. Teve como objetivo debater soluções práticas para diminuir os entraves da burocracia no Brasil, que, segundo representantes de diversos setores da economia, engessam o setor produtivo, aumentam o custo Brasil e impedem o crescimento econômico.

Durante o Fórum, a Frente Parlamentar da Desburocratização, representada pelo seu presidente, o deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), anunciou que vai formar grupos de trabalho para propor medidas de redução de entraves burocráticos e de aperfeiçoamento da legislação tributária de setores como registro de marcas e patentes, comércio exterior e produção agropecuária.

Rumos da Política Externa Brasileira - Temas e Agendas

Desde o início de 2011, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal promove o Ciclo de Palestras para debater a Política Externa Brasileira. Em abril, foi realizada audiência acerca das prioridades da Política Externa Brasileira com a participação do diretor de Relações Internacionais da Fiesp, Thomaz Zanotto.

Ele lembrou que, com a paralisação das negociações da Rodada Doha, o Brasil está sem acordos comerciais relevantes e, nesse sentido, afirmou ser fundamental a retomada de acordos com a União Europeia e os Estados Unidos. O ex-ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, apoiou esta visão, defendendo que negociações de acordos bilaterais levam à integração das cadeias produtivas dos países envolvidos e que o Brasil não deve limitar-se a seu “imenso mercado interno”.

Com relação ao Conselho de Segurança da ONU, o embaixador Roberto Abdenur defendeu que não foi “excessiva” a campanha iniciada no governo Lula por uma cadeira permanente, uma vez que a obtenção desse posto “culminaria o processo de ascensão internacional do país”. Essa visão foi relativizada pelo professor Oliveiros Ferreira, que acredita que o governo brasileiro, ao pleitear tal vaga, não fez a avaliação do ônus de tal mudança de status.

Alterações no ICMS

Na última terça-feira (24/04), o Plenário do Senado Federal aprovou o substitutivo o Projeto de Resolução (PRS) 0072/2010, que unificou em 4% as alíquotas interestaduais do ICMS incidentes sobre produtos importados, a partir de 1º de janeiro de 2013. Parte integrante de um dos eixos da reforma tributária fatiada anunciada pelo governo em março de 2010, a proposta foi objeto de intensos debates e sofreu a oposição principalmente dos senadores dos estados de ES, GO e SC, principais prejudicados pela proposta.

Durante toda a discussão da matéria, esses parlamentares, com o apoio de colegas representantes de outros estados, tentaram incluir no texto emenda que definisse regra de transição para o novo regime em 4 anos. Ao longo da deliberação em Plenário, foi aprovada emenda proposta pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), que excetua da unificação os bens e mercadorias importadas sem similar nacional e os que obedecem a processos produtivos básicos, como os da Zona Franca de Manaus. Hoje, no Diário Oficial da União, foi publicada a resolução.

AGENDAS

27/abril: Reunião do Comitê sobre Licenciamento de Importações da OMC, em Genebra, na Suíça.

Maio: Foro binacional de empresários Brasil-Argentina.

04/maio: Reunião do Comitê sobre Assuntos relacionados ao Comércio em Medidas de Investimento da OMC, em Genebra, na Suíça.

13-22/junho: Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, no Rio de Janeiro, Brasil.

18-19/junho: Presidente Dilma Rousseff participa de reuniões do G20 no México.